

Raniere Rocha Lins

Consensualidade e o Enfrentamento à Corrupção

Análise empírica dos acordos
de leniência na prevenção e
repreensão de atos corruptivos
à luz da Lei nº 12.846/2013

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Raniere Rocha Lins

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L759c

Lins, Raniere Rocha

Consensualidade e o enfrentamento à corrupção : Análise empírica
dos acordos de leniência na prevenção e repressão de atos corruptivos à
luz da Lei nº 12.846/2013 / Raniere Rocha Lins. – 0. ed. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2021.

164 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 141-152.

ISBN 978-65-5510-605-3

1. Direito penal econômico. 2. Corrupção administrativa. 3. Corrupção – Legislação - Brasil. 4. Acordo de leniência. 5. Brasil. Lei n. 12.846, de 1 de agosto de 2013. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Roge Silva CRB-8/010483

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
1 O Fenômeno da Corrupção e a Internacionalização do Seu Combate	9
1.1 As diversas variações do sentido atribuído à corrupção.....	11
1.2 A corrupção como o fenômeno multicausal.....	19
1.3 A Mundialização do Combate à Corrupção e o incentivo aos espaços de consenso.....	22
1.3.1 Sistema Universal (ONU) – Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção:.....	25
1.3.2 Sistema Regional Americano (OEA) – Convenção Interamericana contra a Corrupção	29
1.3.3 OCDE – Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais	31
1.3.4 Sistema Nacional Lei nº 12.846/2013 e o Microsistema de Combate à Corrupção:.....	35
2 A Consensualidade, Administração Pública e o Direito Sancionador	41
2.1 A Consensualidade na Administração Pública: a mutabilidade do significado de interesse público e a previsão da solução dialógica nos conflitos envolvendo o Poder Público.....	41
2.2 A Consensualidade e sua (in)compatibilidade com o Direito Sancionador: adequação aos limites impostos ao Poder Punitivo do Estado pelos Direitos e Garantias Fundamentais	49

2.3 A Consensualidade como tendência nas instâncias de responsabilização: abertura dos espaços de consenso na <i>ultima ratio</i> (direito penal) como fonte propulsora da transposição para as demais esferas punitivas	63
3 Os Espaços de Consenso como Ferramenta Auxiliar do Estado no Combate à Corrupção: Acordo de Leniência da Lei nº. 12.846/2013	69
3.1 Diretrizes para a excelência do programa de leniência.....	73
3.2 Competência para a celebração dos acordos de Leniência	75
3.3 Pressupostos e requisitos para a celebração dos acordos de leniência	80
3.3.1 Pressupostos e aspectos da colaboração.....	80
3.3.2. Requisitos do Acordo de Leniência	84
3.4 Efeitos da celebração do Acordo de Leniência.....	90
3.5 Procedimentalização do acordo de leniência	95
3.6 Cláusulas constantes nos Acordos de Leniência	102
3.7 Descumprimento do Acordo de Leniência	103
4 Balanço Geral dos Acordos de Leniência Já Celebrados pela Controladoria-Geral da União em Parceria com a Advocacia-Geral da União	105
4.1 Ilícitos que compõem os acordos de leniência.....	106
4.2 Tempo médio das comissões de leniência instituídas até a celebração do ajuste	109
4.3 Valores acordados e efetivamente pagos	113
4.4 Principais cláusulas estabelecidas	118
4.4.1 Das partes que compõe os espaços de consenso.....	119
4.4.2 Procedimentos apuratórios em face das empresas colaboradoras.....	122
4.4.3 Ressarcimento do dano erário	124
4.4.4 Publicidade e Compartilhamento de informações	126
4.5 Cooperação interinstitucional.....	130

4.6 Os benefícios e os riscos trazidos ao Estado a partir do instrumento consensual de responsabilização da Lei n° 12.846/2013.....	133
Conclusão	137
Referências Bibliográficas	141